

JORNAL DO BRASIL

DESDE
1891

www.jb.com.br

Ano 113 - N° 006

RIO DE JANEIRO ☆ SEGUNDA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 2003



Internet
FGV faz raio X dos excluídos digitais e dá soluções



Nureyev

Dez anos após a sua morte, é reconhecido como grande diretor

B1

X Games

Sandro Dias, o Mineirinho, ganha o ouro no skate vertical

Esportes



A partheid digital

Apesar da grande exclusão no Brasil, o aumento do acesso das crianças ao computador traz esperanças

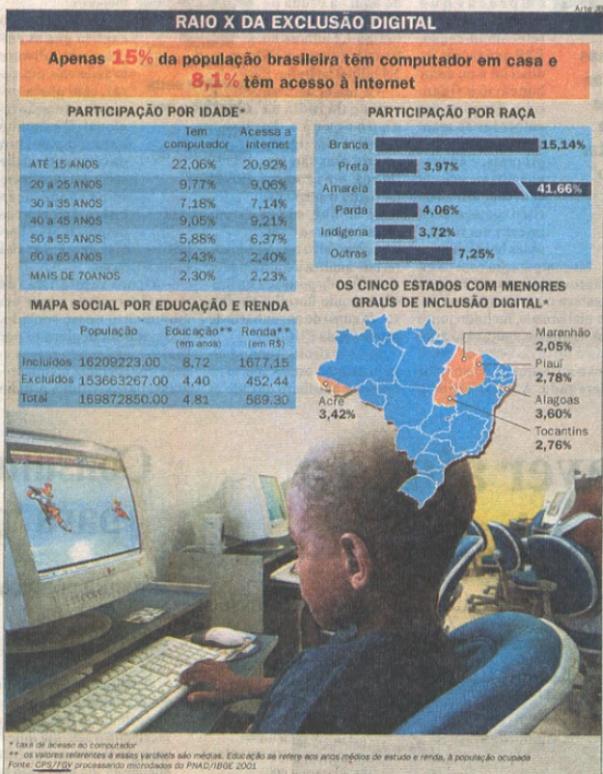
BRUNO LOPES
REPÓRTER DO JB

O retrato traçado pelo Mapa da Exclusão Digital, divulgado na última semana pela Fundação Getúlio Vargas, é cruel. Dos 170 milhões de brasileiros, apenas 26 milhões têm acesso a um computador. Ainda assim, quem olhar com mais atenção esse retrato observará que crianças e jovens estão embarcando no mundo digital, o que permite algum otimismo para o futuro. Nos últimos três anos, o número de incluídos aumentou de 10% para 15%, ou seja, 50% de crescimento.

O perfil do incluído digital é bem definido. Ele estudou mais de 8 anos, é branco ou amarelo, mora em grandes cidades, tem renda de R\$ 1.677 e é funcionário público, empregador ou empregado com carteira assinada.

As pessoas que não têm acesso a computadores costumam ter pouco estudo, cor negra ou parda e moram em cidades do interior ou da periferia e têm renda de \$ 569. Mas a exclusão digital não é um simples reflexo da exclusão social. Crianças e adolescentes, que são mais pobres e as maiores vítimas da exclusão social, estão tendo acesso a computadores em um nível mais alto que outras faixas etárias.

Mais importante ainda, os jovens de baixa renda têm interesse pelos computadores mesmo quando eles não estão disponíveis em suas casas ou escolas. Paulo Henrique Bezerra, 15 anos, mora no Morro do Urubu, no Rio de Janeiro, seu pai tem o 2º grau completo e sua mãe cursou apenas o ensino fundamental. Na escola onde estuda não há computadores, mas ele irá começar a frequentar um curso de informática que a associação de moradores do morro montou junto com a ONG carioca Comitê para Democratização da Informática (CDI).



— Agora qualquer emprego pede conhecimentos de informática, mas a situação está muito difícil para minha família pagar um curso particular — explica.

A teoria da exclusão digital é simples: pessoas de renda mais baixa costumam ter menos acesso à educação, especialmente a que exige equipamentos caros como computadores. Isso iria ampliar o fosso social no futuro: o filho do pobre, que não tem acesso ao mais básico treinamento em informática, provavelmente não vai quando crescer, pois no fu-

turo os empregos deverão exigir ainda mais intimidade com a tecnologia da informação. O mesmo raciocínio vale para países ricos, que foram mais rápidos na adoção da tecnologia da informação, e países sub-desenvolvidos, cujo acesso à tecnologia de ponta é restrito.

No entanto, as características da indústria de informática podem ajudar a evitar que isso se transforme em uma fatalidade. Segundo a célebre Lei de Moore, o número de transistores que os engenheiros conseguem es-

premer em cada processador dobra a cada 18 meses desde que a tecnologia foi inventada, em 1962. Em termos práticos, ela permitiu que a cada ano computadores mais poderosos fossem lançados, e ajudou a diminuir o preço dos equipamentos.

A rápida atualização que os consumidores de informática fazem em seus computadores cria situações únicas em um país como o Brasil, onde ilhas de alta tecnologia são rodeadas por mares de exclusão social. Muitas empresas costumam substituir

seus computadores apenas três anos depois de comprá-los, porque precisam de um novo software que não roda em suas máquinas. No entanto, tais computadores continuam funcionando e podem rodar quase todos os softwares disponíveis no mercado.

— Ao mesmo tempo, esses micros têm baixo valor de mercado, porque os modelos nas lojas são muito mais potentes. Em países ricos seu destino é o ferro-velho, mas no Brasil eles podem ser doados para instituições que montam escolas de informática em áreas carentes. O CDI foi a primeira organização a adotar essa estratégia, e já montou mais de 700 escolas no Brasil e 60 no exterior, atendendo a mais de 150 mil pessoas por ano, e estimulou o surgimento de iniciativas parecidas.

— Diferente do mercado de automóveis, onde quase todos vendem seus carros usados, as pessoas costumam se desfazer de computadores que continuam funcionando. A própria FGV doou 50 computadores para o CDI e não apenas por caridade, mas porque eles tinham sido substituídos — conta o economista da FGV Marcelo Neri, coordenador da pesquisa do Mapa da Exclusão Digital.

Enquanto políticas públicas sociais como renda-mínima, seguro desemprego e salário mínimo têm um efeito compensatório, programas de regularização fundiária, micro-crédito têm um efeito estrutural, explica Neri. Em outros termos, uma dá o peixe e outra ensina a pescar. Projetos de inclusão digital, ou seja, de educação e capacitação em informática, se encaixam na segunda categoria e poderiam constar das políticas públicas.

— A vantagem é que políticas de inclusão privilegiam os jovens, onde se concentra a miséria do país — explica Marcelo Neri.